

## **SOCIAL-LIBERALISMO E NEOTECNICISMO: notas sobre as recentes políticas educacionais brasileiras**

*Jeffte da Mata Pinheiro Júnior*  
Colégio Brigadeiro Newton Braga.  
Rio de Janeiro, RJ, Brasil

### **RESUMO**

O artigo sintetiza uma visão de conjunto sobre as políticas educacionais adotadas durante os recentes governos do Partido dos Trabalhadores (PT) no Brasil. O cerne da análise está no papel da educação na era neoliberal, estudando sua natureza econômica, a formatação internacional de uma pedagogia neotecnista, a vigência de uma formação política específica descrita como social-liberal e destacando certas características particulares dessas políticas no Brasil. A abordagem teórica inspira-se nas ideias de Gramsci sobre as democracias modernas, sobretudo no que se refere às funções do Estado e da sociedade civil e à natureza das relações de classe.

### **Palavras-chave**

Reformas educacionais. Social-liberalismo. Neotecnismo. Políticas públicas.

## **SOCIAL-LIBERALISM AND NEOTECHNICISM: notes on the recent brazilian educational policies**

### **ABSTRACT**

This article summarizes an overview of the educational policies adopted during the recent governments of the Workers Party (PT) in Brazil. The core of the analysis lies on the educational role in the neoliberal era, studying its economic nature; the international formatting of a neotechnicist pedagogy; the existence of a specific political formation described as social-liberal; and highlighting certain particular characteristics of these policies in Brazil. The theoretical approach is inspired by Gramsci's ideas on modern democracies, especially in regard to the functions of the State, civil society and the nature of class relations.

### **Key-words**

Educational reforms. Social-liberalism. Neotechnicism. Public policy.

## **SOCIAL-LIBERALISMO Y NEOTECNISMO: apuntes sobre las políticas educativas brasileñas recientes**

### **Resumen**

El artículo sintetiza una visión de conjunto sobre las políticas educativas adoptadas durante los recientes gobiernos del Partido de los Trabajadores (PT) en Brasil. El núcleo del análisis está en el papel de la educación en la era neoliberal, estudiando su naturaleza económica; el formateo internacional de una pedagogía neotecnista; la vigencia de una formación política específica descrita como social-liberal; y destacando ciertas peculiaridades de esas políticas en Brasil. El enfoque teórico se inspira en las ideas de Gramsci sobre las

democracias modernas, sobre todo en lo que se refiere a las funciones del Estado, la sociedad civil y la naturaleza de las relaciones de clase.

**Palabras clave**

Reformas educativas. Liberalismo social. Neotecnicismo. Políticas públicas.

**Introdução**

A década de 1990 foi o tempo de emergência de um movimento internacional de reformas nos sistemas educacionais, fenômeno concomitante ao amadurecimento das políticas de Estado conhecidas como neoliberais e social-liberais. A força dessas mudanças consolidou perspectivas educacionais que orientam parte importante das políticas públicas de muitos governos nas últimas décadas, inclusive no Brasil.

O artigo, com base em reflexões que orientaram nossa pesquisa de doutoramento, procura examinar aspectos gerais das políticas públicas brasileiras adotadas durante os mandatos do Partido dos Trabalhadores (PT) na presidência da república. Especificamente, serão objeto de análise as medidas governamentais sobre educação adotadas nos mandatos de Lula da Silva e Dilma Rousseff, entre 2003 e 2014.

O intuito é desenhar uma visão de conjunto sobre o tema, sem o aprofundamento de certos tópicos ou iniciativas específicas. A composição argumentativa procurou fundamento nas observações de Antonio Gramsci sobre o Estado na sociedade capitalista moderna e no conceito de social-liberalismo como chave interpretativa para muitas políticas governamentais contemporâneas.

**1. Neoliberalismo e reformas educacionais**

Muitas foram as instituições que fomentaram as reformas educacionais, estando convencionado como marco inicial a *Conferência Mundial sobre Educação para Todos*, realizada na Tailândia em março de 1990 e patrocinada pela Unesco, pelo Unicef, pelo PNUD e pelo BM.<sup>1</sup> A Conferência pretendia fundar

---

<sup>1</sup> Significado das siglas citadas: BM – Banco Mundial; PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento; Unesco – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura; e Unicef – Fundo das Nações Unidas para a Infância.

novas bases para o ensino articuladas às transformações em curso na economia mundial. Nessa perspectiva, entre 1993 e 1996, a Unesco propôs a formação de uma comissão internacional de especialistas, coordenada pelo francês Jacques Delors<sup>2</sup>, que, diante da evidência do aumento do pauperismo associado à vigência de políticas neoliberais na década anterior, sugeriria um novo ciclo de desenvolvimento econômico com parcela de seus fundamentos relacionados a mudanças na educação. Os documentos produzidos por esses organismos internacionais sintetizam o espírito geral das ações preconizadas pelo neoliberalismo, traduzindo-as em políticas educacionais.

‘A reforma do financiamento e da administração da educação, começando pela redefinição da função do governo e pela busca de novas fontes de recursos’, o estreitamento de laços da educação profissional com o setor produtivo e entre os setores público e privado na oferta da educação, a atenção aos resultados, a avaliação da aprendizagem, a descentralização da administração das políticas sociais (FRIGOTTO e CIAVATTA, 2003, p. 99).

O *zeitgeist* pedagógico internacional, veiculado amplamente por essas instituições, acabou teorizado por alguns autores como o nascer da pedagogia **neotecnicista**. Nessa mesma época, ocorreu a proliferação de fundações privadas e de ONG's cujas finalidades principais eram abastecer de insumos as políticas públicas – com programas formulados no seio da sociedade civil e direcionados à sociedade política<sup>3</sup> – sempre em consonância com as necessidades do capital nos tempos da reestruturação produtiva e associados aos planos internacionais de reforma do ensino em bases pós-modernas.

No Brasil, o período de Fernando Henrique Cardoso (PSDB) à frente da presidência da república, que entre 1995 e 2002 consolidou o projeto neoliberal

---

<sup>2</sup> Economista formado pela Sorbonne, ingressou no Partido Socialista Francês em 1974, tendo integrado à equipe econômica do governo de François Mitterrand (1981-1984) e defendido o eixo daquilo que será caracterizado como social-liberalismo. Posteriormente, chefiou a Comissão Europeia entre 1985 e 1995.

<sup>3</sup> Utilizamos aqui as sugestões de Gramsci a respeito da ampliação do Estado no capitalismo do século XX, em que sucintamente a sociedade civil designa os aparelhos privados de hegemonia (ONG's, Associações, Sindicatos, partidos políticos, etc.); e a sociedade política, os órgãos constitutivos do Estado clássico, como os legislativos e executivos das várias esferas. Para Gramsci, ambas as esferas estariam integradas a uma teoria ampliada sobre o Estado (Cf. GRAMSCI, 2001).

no governo federal brasileiro, também foi uma época de adoção massiva das medidas educacionais de corte **neotecnicista**, conforme sugere Luiz Carlos de Freitas (2011 e 2012). O termo apontado por Freitas fundamenta-se em uma proposição anterior concebida por Dermeval Saviani como a pedagogia tecnicista (SAVIANI, 2008, p. 9). De acordo com este, a pedagogia tecnicista foi resultado de uma reciclagem da pedagogia tradicional (da qual assumiu os postulados da cientificidade e da neutralidade epistemológica) para fazer frente à farta audiência conquistada pelo **escolanovismo**, revestindo-se ainda pela ligação com o ideário industrialista dominado pela perspectiva do *fordismo-taylorismo* e ancorada em pressupostos da psicologia comportamental (behaviorista).

Com base nessas ideias, Luiz Carlos de Freitas promoveu uma atualização do conceito com vistas a englobar os fenômenos educacionais do neoliberalismo, que teriam ressignificado essas premissas básicas do tecnicismo estabelecidas por Saviani.

Assim, o neotecnicismo apresenta-se constituído pelos seguintes eixos:

a) Em primeiro lugar, está presente novamente a mencionada '**neutralidade científica**' que concede **primazia aos aspectos técnicos e objetivos** por ela defendidos, os quais, uma vez tomados como imparciais, ficam imunes às objeções de caráter ideológico (tal qual ocorria com a pedagogia tradicional) (FREITAS, 2011, p. 2).

À diferença das formulações tradicionais e tecnicistas, a nova versão dessa pedagogia trouxe consigo a inevitabilidade das relações sociais preconizadas pelo neoliberalismo, principalmente no que se refere à retirada de direitos e da estabilidade sobre o mundo do trabalho. Comentando algumas afirmações de Guiomar Namó de Mello<sup>4</sup>, a pesquisadora Maria Inês Bomfim escreveu que,

---

<sup>4</sup> Intelectual orgânica do neotecnicismo burguês e com trajetória ligada a todas as suas frentes: foi integrante de fundações empresariais que atuam no ramo de educação (especificamente a Victor Civita, organizada pelo grupo Abril); especialista em educação do BM e do BID; e, finalmente, filiada ao PSDB e colaboradora das várias esferas de governo ocupadas pelo partido (incluindo o mandato de Fernando Henrique Cardoso).

O país precisaria de uma revolução educacional, segundo a autora, para o que seria indispensável 'limpar o debate educacional de invencionices populistas' (sic) e dos 'emaranhados ideológicos' (sic) que tomam tempo e energia, pois a escola não tem poder para determinar o destino social, a ideologia e o projeto político de cada um. A escola do século XXI seria uma escola para um mundo cambiante e plural, definido abstratamente pela autora. Os avanços tecnológicos, por sua vez, a condição para se evitar a ação de novos elementos de seletividade e desigualdade social. **O mundo teria mudado e este seria o grande argumento para uma radical mudança na educação** (BOMFIM, 2008, p. 150, *grifos nossos*)

b) Assim como as inovações da pedagogia tecnicista, em sua versão *neo*, também se verifica a **centralidade nos procedimentos** (ou "da organização racional"), deslocando a "concepção, planejamento, coordenação e controle" dos professores aos "especialistas supostamente habilitados". c) A delimitação do sentido da expressão **equidade** na educação, especialmente no que se refere à qualidade do ensino e aos processos de avaliação em larga escala, como restrita a uma **igualdade de oportunidades** que pode simultaneamente conviver com **desigualdades de resultados** – como, aliás, funcionam os fundamentos da sociedade liberal. "Para ela [pedagogia neotecnicista] dadas as oportunidades, o que faz a diferença entre as pessoas é o esforço pessoal, o mérito de cada um." (FREITAS, 2012, p. 383).

d) As políticas de **centralização do planejamento educacional** assentadas na **responsabilização** (sendo também muito utilizada a expressão em inglês *accountability*), na **meritocracia** e na **privatização**. Os sistemas agressivos de responsabilização se baseiam na aplicação de testes padronizados de larga escala (fundamentados em uma definição de padrão ou *standard* sobre a qualidade em educação que se deseja medir), na divulgação total ou parcial de seus resultados e, finalmente, na premiação, punição ou aplicação de outros mecanismos de controle de processos respaldados em seus resultados (FREITAS, 2012 e AFONSO, 2010).

e) A sugestão implícita das **premissas éticas da sociedade de mercado**, especialmente a competitividade e a administração baseada em critérios empresariais de eficiência. De acordo com Fátima Antunes e Virgínio Sá, a responsabilização se transforma em um "instrumento que, simultaneamente,

permite o controle do Estado e a indução de práticas seletivas e competitivas mais próximas da ideologia do mercado.” (ANTUNES e SÁ, 2010, p. 120). Desse modo, a administração centralizada se reveste de um vocabulário muito utilizado por gerentes no universo dos negócios privados, como valor agregado, qualidade assegurada, transparência, mérito etc.

f) A **psicologia behaviorista** ou, mais recentemente, **cognitiva-comportamental**, oferece, tal como no tecnicismo, o fundamento teórico e técnico de funcionamento da ideia da premiação por resultados ou por comportamentos. Os testes propostos pela pedagogia neotecnicista se baseiam em conceitos desenvolvidos por Thomas F. Gilbert, entre eles os relativos ao termo **competência**, a partir de questões inauguradas por B. F. Skinner (FREITAS, 2012, p. 382).

Esse arcabouço neotecnicista, que incide sobre as políticas públicas do governo brasileiro desde meados da década de 1990, variando de intensidade em cada quadra da conjuntura política do país, foi capaz de ultrapassar os limites do mandato de Fernando Henrique Cardoso e de se fortalecer no governo de seus sucessores, Lula da Silva e Dilma Rousseff (PT), apesar da oposição programática existente entre os partidos políticos de ambos os governos.

## **2. O ascenso da esquerda brasileira no século XXI: ruptura ou continuidade?**

Ao se analisar a vitória eleitoral de Lula da Silva (PT) em 2002, não é ingênuo supor certa fadiga do eleitor brasileiro com o neoliberalismo. Quando observamos a situação política mundial durante a década de 1990, é possível verificar que os organismos internacionais divergiam em suas análises sobre os resultados econômicos da adoção do neoliberalismo radical em escala internacional.

No mesmo período, em boa parte da Europa, muitos governos já haviam feito a inflexão em direção ao social-liberalismo. Assim, perto do encerramento do segundo milênio no ocidente, apenas a América Latina restava como

repositório das políticas neoliberais puras, enquanto boa parte dos países centrais já buscava diretrizes políticas e econômicas alternativas.

De modo breve, é possível sintetizar os efeitos da década neoliberal na América Latina a partir dos seguintes parâmetros: a) se as políticas neoliberais trouxeram relativa estabilidade aos ganhos de capital, isso foi às custas da transferência ao setor privado financeiro de recursos expropriados dos Estados nacionais e das classes trabalhadoras; b) as condições sociais da América Latina se degradaram enormemente durante as décadas de 1980 e 1990, com a expansão da miséria, do desemprego, da fome, da informalidade das relações de trabalho etc.

Por tudo isso, no despontar do século XXI, mais do que simplesmente o Brasil, o continente sul-americano atravessou um processo de mudança em sua sociedade política que parece ser a tradução da crise de representatividade dos governos, partidos e lideranças associados à implantação do neoliberalismo no período imediatamente anterior.

Portanto, a vitória eleitoral de Lula da Silva, em 2002, tem natureza semelhante à de Tabaré Vázquez (Frente Ampla) no Uruguai, em 2004; de Hugo Chávez (PPT) na Venezuela, em 1999; de Néstor Kirchner (Justicialismo) na Argentina, em 2004; de Evo Morales (MAS) na Bolívia, em 2005; de Rafael Correa (Patria Altiva y Soberana) no Equador etc. Trata-se do esgotamento eleitoral da opção neoliberal, marcadamente de pouca ou nenhuma mediação social, em um cenário de ampliação da miséria e da urgência de medidas voltadas às necessidades do povo.

É provável que parcela dos eleitores de Lula da Silva fizesse a conjectura de que, uma vez eleito, o novo governo abandonaria, tão rapidamente quanto possível, os ajustes neoliberais. Apesar disso, foi logo no primeiro mandato, ou ainda nas primeiras iniciativas anunciadas pelo novo governo, que tal prognóstico transformou-se em decepção. O partido que, segundo um termo utilizado por Virgínia Fontes, havia requalificado a política em nossa história

recente, pôs-se a negociar com as tradicionais oligarquias políticas brasileiras e formou um governo de coalizão e conciliação de classes.

No entanto, o que ocorreu no Brasil após 2003 não foi meramente continuação daquilo que existia previamente. É um engano a tentativa de construir um paralelo, igual em tudo e por tudo, entre o governo de Fernando H. Cardoso (PSDB) e o de Lula da Silva (PT). Da mesma forma, a imaginada e enérgica ruptura com o neoliberalismo também não se verificou. Do ponto de vista estrutural, na passagem dos mandatos entre PSDB e PT, consideramos ter ocorrido a inflexão brasileira do projeto neoliberal em direção ao social-liberalismo. Como atestam Ruy Braga e Alvaro Bianchi,

a vitória eleitoral do Partido dos Trabalhadores constituiu um acontecimento político inédito em nossa história. Contudo, as ações de seus primeiros meses de governo têm sido marcadas pelo signo do social-liberalismo. A participação no encontro da Governança Progressista sinaliza para a esquerda mundial aquilo que os 'mercados' já sabiam: a conversão do PT ao programa do social-liberalismo (BIANCHI e BRAGA, 2003, s/p).

Dessa forma, o Brasil reagia à crise social aderindo à solução preconizada mundialmente pela social-democracia clássica: a mescla de políticas públicas de alívio à pobreza com a manutenção de políticas econômicas de corte neoliberal. Do texto citado, não julgamos ser totalmente correto que o PT tenha se “convertido” ao programa social-liberal, visto que, desde suas origens, ele sempre abrigou visões muito diferentes a respeito do capitalismo, dos seus problemas inerentes e das possibilidades de atuação na luta de classes. O que houve foi a supremacia das teses social-liberais sobre as demais concepções no interior do PT, em um processo forjado a partir da derrota eleitoral de 1989 e com epicentro no avanço institucional do partido ao longo da década de 1990.<sup>5</sup>

---

<sup>5</sup> O historiador Eurelino Coelho estudou parcialmente esse processo em sua tese de doutoramento, em que sustentou uma instigante reflexão. Utilizando a categoria de “transformismo”, formulada por Gramsci para justificar a adesão das lideranças republicanas ao projeto de poder aristocrático no decorrer da unificação italiana, o autor explica a progressiva conversão das correntes majoritárias do PT ao projeto burguês de neoliberalismo alternativo no período mencionado. Cf.: COELHO, 2005, especialmente o capítulo 8 – “Transformismo: a crise do marxismo como deslocamento da esquerda na luta de classes.”

Isso posto, é preciso delinear, no rol das principais intervenções do novo governo, as medidas que se alinham ao neoliberalismo tradicional e as outras que se afastam dele como traço distintivo do social-liberalismo. Em artigo muito rico, a economista Leda Paulani (2006) defende que ao menos três eixos das políticas públicas caracterizam a presença do neoliberalismo nos governos Lula da Silva (acreditamos que também no de sua sucessora Dilma Rousseff).

Em primeiro lugar, Paulani sustenta que os governos do PT aderiram “sem peias ao processo de transformação do país em plataforma de valorização financeira internacional” (PAULANI, 2006, p. 98). A opção pela ortodoxia econômica tem combinado a manutenção de uma altíssima taxa de juros com outras medidas articuladas aos interesses da burguesia financeira, tais como a flutuação do câmbio, a facilitação do envio de recursos ao exterior, a nova Lei de Falências que dá preferências à quitação de débitos financeiros diante dos trabalhistas, além da relativa autonomia operacional do Banco Central.

Tomadas em conjunto, essas são medidas que, além de garantir grande liberdade ao capital financeiro, tentam impulsionar ganhos a esse tipo de investimento no país através de sua ativa remuneração em detrimento da melhoria qualitativa dos gastos públicos e das possibilidades de ampliação de investimentos produtivos. Em seguida, a autora argumenta que a ortodoxia econômica tem sido sustentada com argumentos que invocam a sua inevitabilidade, como se fosse a única “política macroeconômica correta e cientificamente comprovada” (Id., *ibid.*). Esse procedimento é um dos pilares do programa social-liberal, que procura convencer os partidos populares de que não há caminho alternativo ao neoliberalismo, como apregoava Anthony Giddens, restando à esquerda a combinação do programa burguês com medidas complementares de alívio da pobreza. O terceiro e último eixo representa uma significativa divergência. De acordo com Paulani, a última razão que permitiria classificar os governos do PT como neoliberais está na “assim chamada 'política social', que tem nas 'políticas compensatórias de renda' seu principal esteio” (2006, p. 99). Citando especificamente o programa Fome Zero, nome de fantasia da política de garantia de renda mínima adotada pelo governo federal, a autora

sustenta que seus termos comprovariam a secundarização da questão social diante da primazia ao atendimento das demandas financeiras e do mercado.

Apesar da notável condução de seu texto sobre a história do pensamento neoliberal, não há, em seu trabalho, uma diferenciação específica entre o neoliberalismo da velha cepa e o “esquerdizante” social-liberalismo. Entendemos que a percepção dessa alternância deve ser a principal chave de leitura sobre os mandatos do PT na presidência da república, assim como a essência do contraste entre estes e os governos do PSDB.

Tomado de modo puro, dificilmente o neoliberalismo faria mediações sociais com a estatura do programa Fome Zero, a título de exemplo, que esteve acompanhado no mesmo período de uma importante recuperação do valor do salário mínimo. Tais iniciativas são antagônicas às experiências históricas economicamente liberais e politicamente conservadoras, como as de Thatcher ou Reagan, ou até mesmo, no caso brasileiro, às de Fernando Collor e de Fernando Henrique Cardoso. Portanto, houve a manutenção do tratamento ortodoxo às questões econômicas e estruturantes do Estado, mas, concomitantemente, como traço distintivo do social-liberalismo, a elas foram acopladas políticas distributivas e compensatórias.

O fundamental é perceber que a inflexão social-liberal, do ponto de vista do antagonismo de classes, representou uma adequação do programa dominante à conjuntura político-social refratária a seus primeiros resultados. Por isso, há razoável sentido, na balança dos conceitos, à precedência do neoliberalismo sobre o espírito da social-democracia.

De modo complementar, duas reflexões que gravitam em torno do social-liberalismo brasileiro precisam ser desenvolvidas. Chamamos a atenção para a centralidade que as expressões “novo-desenvolvimentismo” e “questão social” ganharam em meio às políticas implementadas nos mandatos de Lula e de Dilma Rousseff. Como escreveu Rodrigo Castelo:

O principal objetivo dos novo-desenvolvimentistas é delinear um projeto nacional de crescimento econômico combinado a uma melhora substancial nos padrões distributivos do país. A consecução deste objetivo passa, necessariamente, por um determinado padrão de intervenção do Estado na economia e na ‘questão

social', principalmente no tocante à redução da incerteza inerente às economias capitalistas. (CASTELO, 2009, p. 75)

O chamado novo-desenvolvimentismo é um campo teórico que abriga muitos dos intelectuais que costumam colaborar com os programas de governo e com as candidaturas do PT, sobretudo no que se refere às questões econômicas. Sua diretriz fundamental, de inspiração no legado de John M. Keynes, é a de que, através do manejo dos diversos dispositivos de política econômica administrados pelo Estado, é possível estimular o capital a reconduzir seus investimentos da ciranda financeira ao setor produtivo/industrial.

Assim, a 'boa' política é aquela em que os empresários são estimulados a investir em ativos de capital. A esfera de atuação do governo não deve se sobrepor à esfera privada. (DE PAULA, 2008, p. 220)

Há alguns apontamentos críticos de Castelo às teses novo-desenvolvimentistas muito importantes ao se desenhar a passagem do universo das proposições às políticas governamentais concretas desse período. Em primeiro lugar, o autor identifica uma contradição entre o discurso novo-desenvolvimentista, e até de suas bases *keynesianas*, com uma visão de mundo que considera a luta de classes como base da organização social no capitalismo e também do funcionamento do Estado. De acordo com o autor, essa corrente de pensamento social e econômico conceitua o Estado como promotor do bem-estar da sociedade civil, bem ao feitio do liberalismo tradicional, que, da mesma forma, o considera universalmente acima dos interesses particulares dos grupos sociais e garantidor de seus contratos.

Para além dessa crítica de caráter teórico e universal, a consecução de um programa político de base novo-desenvolvimentista enfrenta outros dois óbices estruturantes. Assumindo as ideias a seguir tal como propostas por Gramsci, as correlações de força concretas entre os aparelhos de hegemonia da sociedade civil, com as suas pressões e os seus entrelaçamentos junto à sociedade política, definem a situação real de hegemonia de classe sobre o Estado. Desse ponto de vista, desconsiderar que as alianças promovidas pelos mandatos de Lula e de Dilma Rousseff, junto às frações da burguesia ligadas ao

latifúndio, ao grande empresariado e aos esquemas oligárquicos tradicionais, acarretariam repercussões nas possibilidades de ação da sociedade política parece ser, no mínimo, uma ingenuidade.

Com efeito, como pôr adiante medidas como controle sobre capitais, expansão fiscal e mudanças na operação do câmbio, sem a força institucional necessária ou o respaldo da sociedade civil? Assim, mesmo que fosse viável economicamente um programa tal como o preconizado pelo novo-desenvolvimentismo, o arco de alianças costurado para viabilizar os mandatos presidenciais esvaziara, por dentro do próprio governo, as oportunidades para as medidas de natureza intervencionista ou antiliberal.

Por outro lado, o segundo obstáculo relacionado ao novo-desenvolvimentismo estaria nas bases históricas da sociedade brasileira e do capitalismo contemporâneo. As possibilidades de persuasão ao capital para deixar o rentismo e aderir ao investimento produtivo dependeriam, em última instância, de uma decisão voluntária de seus gerentes nessa direção. Partem da imaginação de que existiria alguma vantagem ao empresariado, sobretudo nacional, nessa mudança de ênfase em sua atuação.

Todavia, especialmente após as reformas econômicas da década de 1990, a atividade financeira tem se mostrado bem valiosa ao capital na atual configuração da economia brasileira. De fato, a dívida pública do país remunera papéis negociados nas bolsas com juros incrivelmente altos em comparação às condições de outros países. Das 318 empresas que publicaram balanços contábeis no primeiro semestre de 2008, 80 obtiveram mais da metade do seu lucro de operações financeiras e, dentre estas, 35 tiveram resultado financeiro maior do que seu lucro líquido, o que demonstraria o alto grau de comprometimento orgânico destas empresas com o mercado financeiro (CASTELO, 2009, p. 81).

Além disso, a composição orgânica do capitalismo em nossos dias coroa o domínio do capital financeiro, que subordina os investimentos produtivos a suas prioridades, conectando as frações burguesas nacionais, e produtivo-industriais, às estruturas mundiais de exploração de mercados e de mão de obra. Sobretudo após a supremacia das reformas neoliberais, houve um vigoroso

aprofundamento da integração subordinada das burguesias periféricas à expansão do capital financeiro internacional.<sup>6</sup>

Dessa forma, é provável que – mesmo com todos os empecilhos de natureza política dirimidos – o programa novo-desenvolvimentista se ressentisse da ausência de lastro social entre os operadores privados da economia nacional para sua plena promoção. Decorre do abandono concreto das políticas novo-desenvolvimentistas, seja por qual motivo for, a lucidez da leitura feita por Leda Paulani, de que o eixo fundamental das práticas de governo, durante os mandatos do PT, em pouco ou em nada arranharam a ortodoxia neoliberal. Pela mesma razão, confirma-se a nossa caracterização como governos social-liberais, já que a manutenção dos pilares do neoliberalismo ocorreu simultaneamente ao ajuste das políticas de governo à chamada **questão social**.

De acordo com Castelo, ainda na década de 1990, os principais operadores financeiros internacionais passaram a apontar a importância de temas como a **consciência humanitária** ou a promoção de uma **globalização com face humana** (2008, p. 22). Os resultados imediatos da guinada neoliberal pelas economias do mundo tiveram como principal reflexo o disparo dos indicadores de desigualdade, especialmente nos países periféricos. Essa correção de rotas – em muito amparada nos discursos de ONGs, de fundações privadas ligadas ao grande capital e de partidos historicamente ligados à social-democracia – implicou a necessidade de dar tratamento à chamada “questão social” pelo social-liberalismo. Na visão do social-liberalismo, o pauperismo não deveria ser atribuído à dinâmica de acumulação capitalista e à inserção subordinada do Brasil no mercado mundial – como fazem as pesquisas baseadas na perspectiva da totalidade –, mas sim às falhas de mercado e à não dotação de certos ativos por parte dos pobres. (...) A solução para a “questão

---

<sup>6</sup> Sobre essa questão, Virgínia Fontes registrou: “Os processos de fusões e aquisições se aceleraram e assumiram um comportamento e um linguajar bélicos, através de 'compras hostis', onde grupos de investidores avançavam sobre empresas para controlá-las de maneira agressiva e geravam reações, como as 'pílulas suicidas', com gravames estabelecidos sobre as ações para impedir a compra ou cláusulas de superendividamento da empresa em caso de troca de direção, com abundância de nomes guerreiros identificando as operações de troca de controle das empresas.” (FONTES, 2010, p. 196).

social” não passaria por medidas que operem uma macrotransformação estrutural, mas deveria sempre recorrer a expedientes de natureza burocrática e administrativa, evidenciando o alcance minimalista das políticas social-liberais frente a uma questão social maximizada (CASTELO, 2013, p. 358).

É provável que existam ainda outros conceitos dedicados a delinear a fronteira referida, como a expressão Terceira Via – muito utilizada nos trabalhos de Lúcia Neves (2005 e 2008). Do ponto de vista do rigor que tais termos traduzem, sustentamos a opção pelo binômio neoliberalismo x social-liberalismo. Por situar os governos de Lula e de Dilma Rousseff nesse segundo enquadramento conceitual, torna-se importante explorar melhor os entendimentos desse movimento sobre a **questão social**.

Genericamente, essa expressão reúne considerações acerca da pobreza nas sociedades do tempo presente, investigando as suas causas e as possibilidades de adoção de medidas para o seu alívio. De acordo com Castelo, as soluções do social-liberalismo para o combate à pobreza no Brasil atravessariam duas ordens de medidas: (i) políticas sociais compensatórias – basicamente, fundamentando-se na transferência de renda operada pelo Estado, traduzida pela relação entre os impostos e os programas de garantia de renda mínima (como o Fome Zero e o Bolsa Família); (ii) políticas estruturais – como a democratização da educação, do acesso à terra e ao crédito etc.

No seio das investidas de combate ao pauperismo, residem as preocupações referentes à “distribuição desigual do ativo educação”, baseadas fundamentalmente na teoria do capital humano. Para Castelo,

se a sociedade brasileira quiser políticas de combate à exclusão social, deve lutar por um sistema educacional mais eficiente do ponto de vista da melhor formação profissional para o mercado de trabalho, capacitando os trabalhadores para as demandas tecnológicas e organizacionais decorrentes da economia do conhecimento (CASTELO, 2013, p. 353).

Como escreveram os economistas Mário Duayer e João Medeiros, o maior limite ao alcance das políticas social-liberais está em seu menoscabo à essência dos mecanismos geradores de desigualdades no capitalismo. Nunca faltaram, como vimos, o desejo, a intenção e as políticas públicas para acabar com a pobreza. Mas, dada a falsa representação da realidade social em que estão baseadas, as

políticas públicas jamais poderiam tornar o desejo realidade (DUAYER e MEDEIROS, 2003, p. 245).

Desse modo, fica claro que o combate estruturado pelo social-liberalismo à expansão da pobreza e da desigualdade preserva a integridade da lógica capitalista, especialmente os mecanismos de exploração implicados na relação capital-trabalho que, a nosso ver, vinculam-se em essência ao pauperismo ou à questão social.

As políticas compensatórias se atrelam ao universo da circulação, incensando que a gênese da desigualdade e da pobreza reside na produção, na propriedade da terra, ou seja, na exploração da força de trabalho. Novamente, as justificativas social-liberais de centralidade da educação na conformação de seu novo programa social repousam sobre os impactos de uma elevação da escolaridade sobre os mercados, confiando os processos práticos de atenuação da pobreza à atuação da mão invisível.

### **3. O social-liberalismo e os programas educacionais no Brasil**

Seria possível verificar, durante as administrações do PT, uma significativa ruptura com os programas educacionais anteriores, herdados do governo Fernando Henrique Cardoso (PSDB) e já fundamentados na dominância internacional das reformas educacionais? Não parece simples obter resposta para esse tipo de questão. Se considerarmos uma plataforma com a amplitude de recursos e os impactos sociais verificados pelo Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) dificilmente será encontrado paralelo entre as políticas públicas da era FHC.

Conclusão semelhante ocorrerá se examinarmos a expansão das vagas nas escolas federais, especialmente as técnicas, ou no financiamento da educação básica. Apesar disso, todas essas exemplificações gravitam em torno de problemas de quantidade e, não necessariamente, remetem a alterações de qualidade. Dessa forma, é mais ou menos indiscutível que muito foi feito pela educação, mas de qual espécie ou tipo de educação se está falando?

O problema ficaria mais bem posto sob o signo do neotecnicismo, ou seja, da proposta de centralização de procedimentos, da administração baseada no binômio meritocracia / responsabilização, da presença de princípios éticos da sociedade de mercado etc. Se fizermos a pergunta direcionada à hipótese de um abandono dessas premissas constituintes da pedagogia neotecnicista, na implementação de políticas dirigidas à educação básica nos governos de Lula e de Dilma Rousseff, há pouca margem para dúvidas sobre uma categórica resposta negativa.

Sem dúvida, houve a contenção, por parte dos governos do PT, dos aspectos mais agressivos dessas políticas, como a variação na remuneração dos professores de acordo com o desempenho dos seus alunos em testes padronizados – que acabou prosperando no Estado de São Paulo sob os governos do PSDB. Por outro lado, Reynaldo Fernandes, ex-presidente do Inep durante o primeiro governo de Lula da Silva e atual membro do Conselho Nacional de Educação, assim se posicionou sobre a proximidade das políticas educacionais dos governos do PT com o de Fernando Henrique Cardoso: Quando a primeira-ministra Margareth Thatcher fez a reforma educacional, diziam que era uma visão de direita. Quando Tony Blair se tornou primeiro-ministro, acreditavam que ele suspenderia a reforma. Mas ele a reforçou e combateu os “efeitos colaterais” (FERNANDES *apud* FREITAS, 2011, p. 4).

É muito interessante que o exemplo escolhido por Fernandes seja exatamente o do movimento fundador da expressão Terceira Via, do Partido Trabalhista inglês de Tony Blair, em um contexto muito semelhante ao atravessado então pelo Brasil, – da passagem do neoliberalismo conservador ao social-liberalismo progressista. Em declaração análoga, Amaury Patrick Gremaud, Diretor de Avaliação da Educação Básica do Inep, justificou a adoção do Ideb como um bom exemplo de responsabilização (ou *accountability*), que, junto da meritocracia, compõem a política educacional neotecnicista.

Portanto, se em alguns momentos parece haver uma vacilação na admissão total do programa de reformas educacionais, por outro lado, no discurso dos dirigentes do MEC, nunca se cogitou o seu abandono.

Não há qualquer contradição aparente entre o social-liberalismo e as reformas educacionais típicas da década de 1990, em muito consagradas da lógica neotecnicista. Pelo contrário, o relatório produzido pela Comissão Internacional da UNESCO em 1998, o conhecido Relatório Delors, foi um

empreendimento coordenado entre governos já sob hegemonia do social-liberalismo e inspirado por teses compatíveis com o pós-modernismo.

De um modo geral, o relatório da Comissão da UNESCO trata a globalização, e as transformações tecnológicas e produtivas do capitalismo, como contingências inerentes ao século XXI, procurando elaborar recomendações às políticas públicas a serem adotadas pelos Estados nacionais. Nesse sentido, são estipuladas as competências e conhecimentos indispensáveis para que os indivíduos sejam capazes de superar as adversidades dos novos tempos. A tônica sempre presente é a da conciliação, consenso, solidariedade como estratégias para a superação, com base nas capacidades individuais, das consequências da pobreza e da exclusão social.

Em tempos de reestruturação produtiva e aumento de incertezas no mercado de trabalho, o relatório sugere

estabelecer novas relações entre política educativa e política de desenvolvimento a fim de reforçar as bases do saber e do saber-fazer nos países em causa: estimular a iniciativa, o trabalho em equipe, as sinergias realistas, tendo em conta os recursos locais, **o auto-emprego e o espírito empreendedor** (UNESCO, 1998, p. 85, grifos nossos).

O documento ainda abrange as questões administrativas e até as orientações curriculares, onde se percebe fortemente a presença da chamada pedagogia das competências. Como sugerem outras análises educacionais patrocinadas pela UNESCO e o Banco Mundial, são enfatizadas medidas de reforço das transformações curriculares propostas e também dos correlatos instrumentos de controle por parte dos gestores públicos – que normalmente se baseiam nos resultados de testes padronizados de larga escala. Esse seria o papel de certas regulamentações supranacionais, onde se verificam

formas de intervenção nos currículos escolares de cada país, bem como as estratégias de regulação dessa guerra imaterial de movimento, o Programa Internacional de Avaliação de Alunos (Pisa) realizado, pela primeira vez no ano de 2000, a partir de iniciativa e coordenação da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e da UNESCO. Instrumento nivelador e, sobretudo, indutor que objetiva avaliar aptidões ou competências comparáveis internacionalmente (RUMMERT *et al.*, 2011, p. 9).

Apesar da grande identificação entre o social-liberalismo e as reformas educacionais, Luiz Carlos Freitas argumenta que, durante o início das gestões *petistas* no executivo federal, o andamento das reformas ralentou e, por esse motivo, seus entusiastas viram a necessidade de formar o Movimento Todos pela Educação (TPE, FREITAS, 2011, p. 4).

Fundado em 2006, o movimento possui o mesmo nome da declaração mundial resultante da conferência de Jomtien em 1990 e tem por objetivo, enquanto instituto da sociedade civil, induzir as esferas da sociedade política a retomar as reformas de caráter neotecnista. O TPE é mantido por diversas empresas, algumas através de suas fundações filantrópicas, ligadas ao universo financeiro internacional – como bancos, indústrias, investidores da educação privada, e conta com o apoio de colaboradores, tais como organizações não-governamentais (algumas diretamente ligadas ao grande capital internacional e ao pensamento conservador).<sup>8</sup> O movimento define sua atuação da seguinte forma:

A sensibilização da sociedade, por sua vez, colabora para criar um ambiente mais propício ao trabalho da Área de Articulação e Relações Institucionais, responsável por conectar poder público, organizações da sociedade civil e iniciativa privada em ações que tenham impacto positivo na qualidade da educação.<sup>9</sup>

De acordo com Freitas, Guido Mantega – ministro da fazenda e integrante do primeiro escalão da equipe econômica durante todo o período estudado – sustentava que um dos maiores óbices à retomada de um ritmo sustentado de crescimento para a economia brasileira era a baixa qualificação da mão de obra disponível (FREITAS, 2011, p. 6).

Essa análise coincidia com a dos empresários do TPE, enfatizando o raciocínio de que a ampliação da massa de pessoal qualificado disponível permitiria às empresas praticarem uma remuneração em geral menor, política traduzida por muitos através do eufemismo de um mercado mais competitivo.

---

<sup>8</sup> A lista completa encontra-se em <<http://www.todospelaeducacao.org.br/quem-somos/quem-esta-conosco/>>, acesso em 4 jul 2015.

<sup>9</sup> Retirado da página do TPE na internet, disponível em [http://www.todospelaeducacao.org.br/quem-somos/como-atua/?tid\\_lang=1](http://www.todospelaeducacao.org.br/quem-somos/como-atua/?tid_lang=1), acesso em 4 jul 2015.

Dessa forma, os empresários e a equipe econômica do governo concordavam ao apontar a melhoria da educação nacional como ação necessária ao bem-estar econômico do país, colaboradora à mitigação da questão social e alicerce das possibilidades de crescimento da economia.

Em síntese, ao final do período de vigência do social-liberalismo, o neotecnicismo encontra-se estabelecido de modo fragmentado, porém orientando a integração de muitas políticas específicas. Destaca-se especialmente o par mudanças curriculares e instrumentos avaliativos em larga escala.

### **Apontamentos conclusivos ao debate**

a) Em geral, o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) e o Plano de Metas lançados pelo governo federal tiveram grande acolhida entre os principais órgãos de imprensa do país, apesar de, na maioria das vezes, seus editoriais serem de censura às administrações do PT. Postura semelhante é possível verificar no portal do Grupo Abril, por meio do movimento Educar para Crescer, que disponibilizou uma análise dos principais eixos da atual política de desenvolvimento da educação básica com a evidente finalidade de esclarecer e divulgar os programas do PDE.<sup>10</sup>

O movimento internacional por reformas educacionais consagrou o neotecnicismo como a atual “ortodoxia” pedagógica, transformado, entre a década de 1990 e o início do século XXI, no programa dominante para a educação. Diante disso, fica evidente que o processo recente de formulação das políticas públicas educativas pelo governo federal terminou por abranger negociações com os interlocutores nacionais e mundiais desses segmentos burgueses. Em outros termos: apesar de o PT estar historicamente marcado pela crítica ao capitalismo e por sua ligação com os movimentos sociais dos

---

<sup>10</sup> Cf. **Educar para Crescer**. “Por dentro do Plano de Desenvolvimento da Educação. Os dez principais pontos do pacote lançado para melhorar a educação brasileira.”, de 05 out 2013. Disponível em <<http://educarparacrescer.abril.com.br/politica-publica/pde-299348.shtml?page=page1>>, acesso em 3 jul 2015.

trabalhadores, o programa educacional dos governos de Lula e de Dilma Rousseff não representou o abandono da perspectiva neotecnicista, mas a continuidade e um certo aprofundamento de reformas com esse viés.

Contudo, desejamos sublinhar o fato de que esse fenômeno não pode ser traduzido apenas como uma rendição do governo a exigências burguesas, sendo necessário também admitir a ocorrência de um gesto com sentido contrário. O relatório Delors e o movimento por reformas educacionais foram impulsionados por administrações associadas ao social-liberalismo, que se inclinavam a tentar resolver as lacunas de desenvolvimento e reduzir as desigualdades resultantes da primeira aplicação do programa neoliberal de vertente radical-conservadora. Foi necessário que se atingisse um relativo esgotamento da primeira fase do programa neoliberal para que o social-liberalismo se apresentasse como um caminho alternativo.

Dessa forma, a estrutura do social-liberalismo precisou incluir atitudes originalmente estranhas à natureza do liberalismo burguês. Façamos uma conjectura, a título de ilustração, sobre como seria improvável que um ferrenho financista norte-americano, ao apoiar a candidatura de Ronald Reagan em 1980, estivesse de acordo com um programa eivado de regulações estatais como o *No Child Left Behind*, de fortíssima orientação neotecnicista, implementado durante o governo de George W. Bush nos anos 2000 (ambos do Partido Republicano). Esse salto histórico, entre uma conjuntura e outra, que explica a mudança de repertório do pensamento conservador nos EUA, contém, justamente, a emergência do social-liberalismo.

Em certa medida, frações da burguesia precisaram ser convencidas da necessidade das reformas educacionais. Deve-se notar que negociações desse teor não se processam de modo linear, pois o próprio social-liberalismo tem como fundamento a conciliação de classes. Todavia, é necessário admitir a ocorrência de um consórcio ou de uma experimentação conjunta entre empresários e dirigentes políticos. Não foram os discursos social-liberais em si que terminaram por universalizar a proposta das reformas educacionais como base para a retomada do crescimento econômico, mas principalmente as condições

concretas das nações subalternas do capitalismo após o primeiro ciclo neoliberal.

Com essa proposição, a Terceira Via recupera e articula duas noções importantes para as estratégias capitalistas de dominação. Inicialmente, retoma a teoria do “capital humano”, difundida por Theodore Schulz nos anos 1960, em que se definia o conhecimento e as capacidades técnicas dos trabalhadores como uma forma de capital capaz de gerar lucro e riqueza. (...) A segunda noção, denominada “capital social”, vem sendo difundida por intelectuais estadunidenses (como Francis Fukuyama, James S. Coleman, Robert D. Putnam) e empregada nos receituários de organismos internacionais como Organização das Nações Unidas (ONU) e Banco Mundial (BM) para designar a capacidade de articulação dos grupos de pessoas ou de toda uma comunidade local, na busca de solução de seus problemas mais imediatos (LIMA e MARTINS, 2005, pp. 62-63).

Destarte, há forte identidade entre o programa educacional de base social-liberal e o movimento condensado no TPE, em relação ao impulso necessário às reformas educacionais no Brasil. Não endossamos, por isso, as visões que sustentam ter havido um sequestro do MEC por entidades e programas empresariais. Na mesma direção, a análise de que as medidas compiladas pelo PDE / Plano de Metas se restringem à simples repetição das fórmulas neotecnistas fica incompleta, posto que estas foram entremeadas, no caso específico brasileiro, a reivindicações antigas dos movimentos sociais que historicamente possuem identidade com o PT, resultando disso um caráter híbrido na consecução dessas políticas.

b) Eram precários os meios para o abandono do neotecnismo nas políticas públicas educacionais durante a vigência dos governos do PT. Primeiramente, porque a orientação social-liberal impunha a negociação das plataformas de governo com as fórmulas burguesas e neoliberais. Em segundo lugar, o sistema de consagração do neotecnismo não se limitava às políticas públicas e às instituições de um único país, estando amplamente respaldado por parte importante dos organismos internacionais, sobretudo por aqueles que se ocupam dos assuntos econômicos.

É legítimo supor que a supremacia da “pedagogia da hegemonia”, fundada em acordos e metas estabelecidos de modo multilateral na política

internacional, constanja os governos nacionais a fazer mediações com as suas diretrizes, sendo uma contingência real as possibilidades de seu abandono.

A remota chance de renúncia ao neotecnicismo não dependia apenas do desejo dos dirigentes da sociedade política. Não que tais convicções sejam inteiramente sem importância, mas seria necessário também que essa ideia encontrasse, na sociedade civil, um movimento coeso e fortalecido para o seu respaldo. Ao contrário disso, as organizações sindicais, estudantis e, até mesmo, os educadores progressistas se dividiram ante o social-liberalismo dos governos do PT, fragilizando as resistências concretas ao domínio da pedagogia do capital<sup>11</sup>.

É notável que, se as forças progressistas malograram nos esforços em construir unidade e apresentar alternativas à pedagogia da hegemonia, o TPE tenha justamente sido eficaz em sua pronta e ampla mobilização. Mais relevante até: como o neotecnicismo já dispunha de programas em curso no MEC e contava também com o amparo de organizações internacionais, o TPE limitou-se a oferecer apoio ao governo federal e a lançar propostas e metas para a educação brasileira de alcance universal, diluindo sua vinculação de classe e amparando interesses do povo.

Com efeito, as 5 metas básicas lançadas pelo TPE para 2022 possuem caráter genérico e aumentam a sua legitimidade como interlocutor do MEC. Evidentemente, ele é um órgão classista vinculado aos setores dominantes, mas o que se deseja destacar é a sua capacidade de articular a política miúda e de conquistar apoio pelo atendimento de carências históricas da educação pública, notadamente aquelas voltada às classes populares. Apenas indiretamente surge um interesse específico do capital, como os ganhos potenciais decorrentes do aumento da escolarização da força de trabalho em geral.

c) Talvez o maior mérito do PDE tenha sido apontar com propriedade o grande desafio contemporâneo da educação brasileira: a sua melhoria qualitativa. Esse desafio não está presente apenas nos documentos

---

<sup>11</sup>Há uma abordagem interessante sobre esse “estilhaçamento” dos movimentos de educação feita por LEHER, 2010, p. 14.

governamentais, mas também nos acordos supranacionais citados e no posicionamento da sociedade civil associada. Do ponto de vista dos mecanismos de ação preconizados, a obtenção da esperada elevação qualitativa estaria relacionada à supremacia dos expedientes neotecnicistas – traduzidos pela formulação do índice nacional (IDEB), da articulação de políticas de responsabilização, da centralização curricular implicada na lógica dos exames padronizados, pela considerável expansão de recursos públicos disponíveis, pela necessidade de desenvolvimento das competências requisitadas pela empregabilidade e pelo mercado, etc.

Na literatura pertinente é possível perceber um grande número de objeções a tais medidas. Seria possível, por exemplo, apontar que a realização de exames nacionais não deveria resultar na publicação de *rankings*, pois implicitamente incentivam uma ética ligada à competitividade e às relações de mercado. Da mesma forma, há urgência em se repensar o IDEB, ampliando a quantidade dos critérios e permitindo uma existência plural de currículos e de propostas de ensino, viabilizando a autonomia das unidades escolares na elaboração dos seus projetos pedagógicos. Essas e outras tantas críticas cabíveis à lógica gerencialista dominante no PDE, contudo, não impossibilitaram por completo a consecução ou a viabilidade de suas metas.

Esse raciocínio é útil para pensar as consequências sociais da aplicação em larga escala das medidas da pedagogia do capital ou do neotecnicismo. O resultado de seus esforços para melhorar a atual condição da educação brasileira não depende diretamente da presença de valores éticos mais nobres ou da formulação de políticas curriculares mais abertas. Como práxis social, fundamentada teoricamente e articulada a ações concretas, ela pode muito bem funcionar. Portanto, o centro da crítica ao neotecnicismo não deve residir nos aspectos utilitários ou operativos dessas políticas, devendo estar exatamente nos valores que tais medidas podem difundir e sedimentar na sociedade brasileira.

Pautar critérios para o estabelecimento da qualidade em educação é tarefa penosa, cuja simplificação, na criação de um índice como o IDEB, parece

ser a solução mais pobre. No entanto, há uma tentativa de síntese, elaborada por Luís Fernandes Dourado:

Pensar a qualidade social da educação implica assegurar um processo pedagógico pautado pela eficiência, eficácia e efetividade social, de modo a contribuir para a melhoria da aprendizagem dos educandos, em articulação à melhoria das condições de vida e de formação da população (DOURADO, 2007, p. 940)

Na direção proposta por Dourado, acreditamos que a plena realização da pauta tecnicista poderia, de fato, auferir alguma qualidade social à educação pública brasileira. Se imaginarmos o FUNDEB operando com uma base de recursos ampliada, além do progressivo alcance das metas de elevação do IDEB (apesar das artimanhas de maquiagem dos resultados), seria possível ocorrer, na base desse desenvolvimento, um processo pedagógico que aumentasse a eficiência entre a melhoria da aprendizagem dos educandos e a melhoria da formação da população.

A tarefa da crítica social não deve ser a de desqualificar o programa neotecnicista como incapaz de promover melhorias à educação do país. Diversamente, ela precisa evidenciar que os instrumentos utilizados para a obtenção desses resultados solapam as bases de uma educação plural e se orientam eticamente a consolidar as premissas da sociedade de mercado.

A crítica de Luiz Carlos de Freitas ao programa norte-americano *No Child Left Behind* vai no sentido inverso do que acabamos de afirmar. Segundo muitos indicadores, o radical neotecnicismo dos governos George W. Bush derrubou terrivelmente os índices de qualidade da educação nos Estados Unidos (FREITAS, 2012), o que induz muito pessimismo sobre sua adoção no Brasil.

No entanto, a analogia entre essas duas realidades parece ser bem mais complicada. As deficiências de educação no Brasil são enormes, provavelmente ao ponto de que a simples elevação do financiamento da educação pública possa ser capaz de promover um certo avanço qualitativo estrutural. Por outro lado, o governo federal não chegou a implementar as diretrizes mais extremistas de responsabilização do neotecnicismo, como a variação da remuneração dos profissionais da educação de acordo com os resultados de testes padronizados.

O economista Jorge Arbache, que se licenciou do Banco Mundial para prestar assessoria ao BNDES no governo de Dilma Rousseff, comparou a produtividade do trabalho do Brasil com outras nações integrantes dos BRICS. Segundo ele, no Brasil,

o aumento da produtividade requer ainda a melhoria da qualidade da educação, o aumento da produtividade do setor informal e das micro e pequenas empresas e o incentivo à meritocracia, de forma a valorizar a acumulação do capital humano e o desempenho no trabalho (ARBACHE apud FREITAS, 2011, p. 7).

Nesse tipo de declaração, o maior perigo é pautar as políticas públicas pelos conceitos de meritocracia e capital humano, naturalizando e difundindo o seu emprego como pretende o TPE. É preciso sublinhar esses valores ideológicos oficiais. A urgência de desnaturalizar a ética competitiva e a infalibilidade dos mercados possui bons exemplos, como aqueles apontados por Freitas, nos quais Finlândia e Uruguai, nas suas políticas públicas, negaram-se a elaborar listas classificatórias de discentes ou de escolas em exames nacionais ou a adotar outros meios diretos de responsabilização (FREITAS, 2012, pp. 390-391).

As possibilidades de se positivar a participação do empresariado nacional, em uma cruzada pela melhoria do ensino público, dependeriam de diretrizes estatais independentes e sólidas, também em diálogo com os movimentos populares organizados e capazes de formular autonomamente as suas reivindicações. No atual contexto, em que nenhuma das duas premissas se apresenta, resta apenas a repercussão dos valores típicos da ideologia dominante.

### Referências

AFONSO, Almerindo Janela. Um olhar sociológico em torno da *accountability* em educação. In: AFONSO, Almerindo Janela; ESTEBAN, Maria Teresa (Orgs.) **Olhares e interfaces**: reflexões críticas sobre avaliação. São Paulo: Cortez, 2010.

ANTUNES, Fátima e SÁ, Virgínio. Notas, pautas e vozes na escola: exames, rankings e regulação da educação. In: AFONSO, Almerindo Janela; ESTEBAN,

Maria Teresa (Orgs.). **Olhares e interfaces**: reflexões críticas sobre avaliação. São Paulo: Cortez, 2010.

BIANCHI, Alvaro; BRAGA, Ruy. O social-liberalismo chega aos trópicos. **Centro de Mídia Independente**. Disponível em <<http://www.midiaindependente.org/eo/red/2003/08/261787.shtml>>, publicado em 23 ago 2003, acesso em 5 mai 2015.

BOMFIM, Maria Inês. **Trabalho docente, classe e ideologia**: o Ensino Médio e a modernização conservadora no Brasil. Tese (Doutorado). Faculdade de Educação, Universidade Federal Fluminense, Niterói-RJ, 2008.

BRIGEIRO, Marcio Martins Costa; SANGENIS, Luiz Fernando Conde. Políticas públicas para a melhoria da qualidade da educação: a proposta do “salto de qualidade na educação carioca” em discussão (2009-2012). **Revista Teias**. Rio de Janeiro: Programa de Pós-graduação em Educação da UERJ, v. 15, nº. 36, 2014.

CASTELO, Rodrigo. O novo-desenvolvimentismo e a decadência ideológica do estruturalismo latino-americano. **Revista Oikos**. Rio de Janeiro: Volume 8, nº 1, 2009.

CASTELO, Rodrigo. **O social-liberalismo**: auge e crise da supremacia burguesa na era neoliberal. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

COELHO, Eurelino. **Uma esquerda para o capital**. Crise do marxismo e mudanças nos projetos políticos dos grupos dirigentes do PT (1979-1998). Tese (Doutorado). Departamento de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói-RJ, 2005.

DOURADO, Luiz Fernandes. Políticas e gestão da educação básica no Brasil: limites e perspectivas. **Educação e Sociedade**. Campinas-SP: Centro de Estudos Educação e Sociedade (CEDES), vol. 28, nº. 100, out 2007.

DUAYER, Mario. e MEDEIROS, João Leonardo . Miséria brasileira e filantropia. Psicografando Marx. **Revista Economia Contemporânea**. Rio de Janeiro: Instituto de Economia da UFRJ, 7 n. 2, jul-dez 2003.

EVANS, Peter. O Estado como problema e solução. **Lua Nova**. Revista de cultura e política. São Paulo, nº. 28/29, 1993.

FONTES, Virgínia. **O Brasil e o capital-imperialismo**. Teoria e história. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2010.

FREITAS, Luiz Carlos de. Responsabilização, meritocracia e privatização: conseguiremos escapar ao neotecnicismo?. *In: III Seminário de Educação*

**Brasileira.** Centro de Estudos Educação e Sociedade (CEDES), Simpósio: PNE: Diretrizes para Avaliação e Regulação da Educação Nacional, fev 2011.

FREITAS, Luiz Carlos de. Os reformadores empresariais da educação: da desmoralização do magistério à destruição do sistema público de educação. **Educação e Sociedade.** Campinas-SP: Centro de Estudos Educação e Sociedade (CEDES), vol. 33, nº. 119, abr-jun 2012.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria. Educação Básica no Brasil na década de 1990: subordinação ativa e consentida à lógica do mercado. **Educação e Sociedade.** Campinas-SP: Centro de Estudos Educação e Sociedade (CEDES), vol. 24, nº. 82, 2003.

GADOTTI, Moacir. **Convocados, uma vez mais:** ruptura, continuidade e desafios do PDE. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2008.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere. Vol. 3:** Maquiavel. Notas sobre o Estado e a política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, ed. Carlos Nelson Coutinho et alii, 2001.

LEHER, Roberto. A educação no governo Lula da Silva: a ruptura que não aconteceu. *In:* MINEIRO, Adhemar; LESSA, Carlos Lessa; GONÇALVES, Reinaldo *et. al.* **Os anos Lula: contribuições para um balanço crítico 2003-2010.** Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

LIMA, Kátia e MARTINS, André. Pressupostos, princípios e estratégias. *In* NEVES, Lucia (Org.). **A nova pedagogia da hegemonia.** São Paulo: Xamã, 2005.

NEVES, Lucia (Org.). **A nova pedagogia da hegemonia.** São Paulo: Xamã, 2005.

NEVES, Lucia (Org.). **Educação e política no limiar do século XXI.** Campinas SP: Autores Associados, 2008.

PAULANI, Leda. O projeto neoliberal para a sociedade brasileira: sua dinâmica e seus impasses. *In* LIMA, Júlio Cesar. e NEVES, Lucia (Orgs.). **Fundamentos da educação escolar do Brasil contemporâneo.** Rio de Janeiro: Editora Fiocruz / EPSJV, 2006.

RUMMERT, Sonia *et al.* Educação e formação humana no cenário de integração subalterna no capital-imperialismo. *In:* ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO. **Anais da 34ª Reunião Anual da ANPED.** Natal: out., 2011. Disponível em: <http://www.uff.br/ejatrabalhadores/artigos/educacao-formacao-humano-cenario-integracao.pdf>, acesso em 5 jan 2015.

UNESCO. **Educação: Um tesouro a descobrir.** Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI. São Paulo: Cortez e UNESCO do Brasil, 1998.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia.** Campinas-SP: Autores Associados, 2008.

### **SOBRE O AUTOR**

JEFTE DA MATA PINHEIRO JÚNIOR é doutor em Educação pela Universidade Federal Fluminense e Professor do Colégio Brigadeiro Newton Braga.

*E-mail:* jeftejr@yahoo.com.br

**Recebido em: 03.09.2018**  
**Aceito em: 14.02.2019**